

Transporte Energia S.A - TNE

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Transnorte Energia S.A. - TNE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transnorte Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnorte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Aspectos relacionados aos prazos de operação do empreendimento

Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis, a Companhia é detentora do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica outorgada pela União pelo prazo de 30 anos, porém, a Companhia vem enfrentando dificuldades ao longo do processo de licenciamento ambiental que estão afetando diretamente a continuidade da construção da linha de



transmissão e por consequência a validade do contrato de concessão. O eventual desfecho futuro desfavorável à Companhia da referida decisão judicial pode impedir o uso do pressuposto da continuidade operacional na elaboração e na apresentação de suas demonstrações contábeis, cuja probabilidade de risco de perda é atualmente classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Devido aos fatos anteriormente mencionados bem como as informações contidas na Nota Explicativa nº 1.2 , a Companhia, no dia 05 de setembro de 2015 protocolizou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL carta requerendo a rescisão do citado contrato de concessão, mediante o ressarcimento integral dos investimentos realizados, bem como os danos emergentes e lucros cessantes. No dia 13 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu , por meio de Despacho da ANEEL Nº3.265, o posicionamento da ANEEL sobre o pedido de rescisão amigável do citado contrato de concessão. A ANEEL recomendou em acolher o pedido da Companhia e no mérito dar-lhe provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão citado anteriormente. Diante do exposto anteriormente a ANEEL encaminhou no dia 13 de dezembro de 2016 os autos do processo ao Ministério de Minas e Energia para que o mesmo conclua sobre o pedido de rescisão amigável do citado contrato de concessão solicitado pela Companhia, até presente data não houve manifestação por parte do Ministério de Minas e Energia sobre o respectivo assunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Transnorte Energia S.A. - TNE

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 (reclassificado)
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa equivalentes de caixa	5	7.968	7.582
Contas a receber ativo financeiro	6	6.881	6.345
Impostos a recuperar		1.568	1.542
Outros ativos		212	58
		16.629	15.527
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber ativo financeiro	6	100.362	99.055
Imobilizado em curso	7	191.413	193.787
TOTAL DO ATIVO		308.404	308.369
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		791	2.862
Partes relacionadas - Dividendos	9.2	146	-
Salários, férias e encargos sociais		112	101
Tributos e contribuições sociais a recolher		130	126
Provisões para constituição de ativos		194	332
Outros passivos		223	84
		1.596	3.505
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.535	2.062
		3.535	2.062
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9.1	298.705	298.705
Reservas de lucros		4.568	4.097
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		308.404	308.369

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transnorte Energia S.A. - TNE

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	7.828	75.364
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura		-	(36.934)
Custo dos serviços prestados		(839)	(526)
		(839)	(37.460)
LUCRO BRUTO		6.989	37.904
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(704)	(45)
Pessoal		(496)	-
Honorários da diretoria e conselho de administração		(298)	-
Ajuste ao valor recuperável		-	(66.696)
Outras despesas		(3.351)	-
		(4.849)	(66.741)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.140	(28.837)
Despesas financeiras	11	(48)	(850)
Receitas financeiras	11	(2)	-
		(50)	(850)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		2.090	(29.687)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.473)	10.164
		(1.473)	10.073
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		617	(19.614)
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação e diluído - R\$		0,004	(0,127)
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		154.038	154.038

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transnorte Energia S.A. - TNE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	617	(19.614)
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRAGENTE DO EXERCÍCIO	617	(19.614)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transnorte Energia S.A. - TNE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros e prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		81.705	1.185	22.526	-	105.416
Aumento de capital		217.000	-	-	-	217.000
Prejuízo do exercício	9.2	-	-	-	(19.614)	(19.614)
Absorção dos prejuízos acumulados		-	-	(19.614)	19.614	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		298.705	1.185	2.912	-	302.802
Lucro líquido do exercício		-	-	-	617	617
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	9.2	-	30	-	(30)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	9.2	-	-	-	(146)	(146)
Reserva de incentivos fiscais	9.2	-	-	441	(441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		298.705	1.215	3.353	-	303.273

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis .

Transnorte Energia S.A. - TNE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.090	(29.687)
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	-	27
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias e cambiais, líquidas)	-	19.922
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	4	7
Receita de aplicações financeiras	-	(1.336)
Atualização monetária - Impostos a recuperar	(6)	-
Baixa de ativos imobilizado	5.740	35
Impostos diferidos	1.473	(10.164)
	9.301	(21.196)
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber Ativo Financeiro	(1.843)	(6.114)
Impostos a recuperar	(20)	(323)
Outros ativos	(50)	63
	(1.913)	(6.374)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.071)	(7.753)
Salários, férias e encargos sociais	11	(188)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(1.469)	9.837
Provisões de constituição dos ativos	(138)	332
Outros passivos	135	83
	(3.532)	2.311
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	3.856	(25.259)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de investimento de curto prazo	-	33.420
Aplicações em investimento de curto prazo	-	(2.094)
Aplicações no imobilizado	(3.470)	-
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimentos	(3.470)	31.326
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital / Emissão de ações	-	217.000
Amortização de juros s/ debênture (encargos de dívidas)	-	(35.673)
Amortização de principal de debêntures	-	(180.000)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	-	1.327
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	386	7.394
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.582	188
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.968	7.582
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	386	7.394

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Empresa Transnorte Energia S.A. (“Companhia” ou “TNE”) foi constituída em 25 de novembro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A sede da Companhia esta situada no Setor Bancario Norte nº 12, bloco F Sala 1001, Bairro Asa Norte, na cidade de Brasília- DF.

1.1 Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 - ANEEL sob o processo nº 48500.000981/2011-41, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à Companhia pela União a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, na operação e na manutenção das instalações de transmissão compostas, , da Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada nos estados do Amazonas e de Roraima, Linha de Transmissão Equador - Boa Vista, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado de Roraima, ambas totalizando 715 km de extensão, subestação Equador em 500 kV, localizada no estado de Roraima e subestação Boa Vista em 500/230 kV, localizada no estado de Roraima, e respectivas conexões de unidades transformadoras; entradas de linha, interligações de barras, barramentos, compensador estático de reativos na subestação Boa Vista, reatores de barra e de linha, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio.

O prazo para entrada em operação comercial das instalações de transmissão da Rede Básica foi fixado em 36 meses, salvo o compensador estático de reativos na Subestação de Boa Vista que juntamente com suas instalações associadas deveria entrara em operação comercial no prazo de 24 meses, ambos contados da data de assinatura do contrato de concessão.

A prestação do serviço de transmissão dar-se-á mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP) a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, estando previstas contratualmente revisões a cada cinco anos durante o período de concessão através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 05 de maio de 2015 entrou em operação comercial o Compensador Estático de Reativos (CER) na Subestação Boa Vista.

A Receita Anual Permitida - RAP, associada ao compensador estático de reativos para o ciclo de 2016/2017 é de R\$ 7.220, conforme Resolução Homologatória nº 2.098 de 28 de junho de 2016. Para o ciclo de 2015/2016 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 6.604, excluídos das despesas com PIS/COFINS referente ao respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

1.2 Aspectos relacionados a conclusão do empreendimento

A Transnorte Energia é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador - 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV - 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

Entretanto, devido aos problemas no licenciamento ambiental, o consórcio protocolou na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 - ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI, no que tange o componente indígena.

No entanto, em 06 de novembro de 2015, a FUNAI encaminhou ao IBAMA Ofício com o não óbice. Tendo em vista o recebimento deste ofício, no dia 09 de dezembro de 2015, o IBAMA emitiu a Licença Prévia do empreendimento, contudo, não há previsão para emissão da Licença de Instalação, principal condicionante para o início da obra.

Mantida a solicitação de rescisão amigável por parte do consórcio, em 13 de dezembro de 2016, a diretoria da ANEEL votou e aprovou, por unanimidade, publicando o Despacho nº 3.265, em 19 de dezembro de 2016, com recomendações para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço. A TNE mantém ativos imobilizados em curso, e entre outros custos, estudos e projetos de meio ambiente e licenciamento, os quais já fazem parte do nosso pedido de rescisão amigável a restituição através de indenização desses valores. A abertura do imobilizado em curso está descrita na nota explicativa 7.

Os ativos registrados relacionados diretamente com o projeto são:

- Infraestrutura construída e em operação: R\$100 milhões que já está sendo remunerada pela RAP.
- Equipamento e material adquirido: R\$126 milhões, valores sujeitos a indenização pelo poder concedente e/ou revenda ao mercado.
- Gastos com desenvolvimento (estudos, licenças e outros) do projeto: R\$64 milhões, valores sujeitos a indenização pelo poder concedente.

Consequentemente, quando do encerramento do contrato de concessão a Administração não espera perdas relevantes decorrentes deste seu processo de descontinuidade.

Atualmente, o consórcio está aguardando a definição do Ministério de Minas e Energia (MME) quanto a extinção da concessão e do valor da indenização.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra-se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida - RAP total do Empreendimento.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 06 fevereiro de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e por outros órgãos normatizadores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

A Companhia adota o modelo de ativo financeiro que é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

Apenas o grupo de ativos referente ao Compensador Estático de Reativos na Subestação de Boa Vista, o qual foi unitizado no dia 05 de maio de 2015 e que possuem RAP garantida, foi registrado sob esse critério.

3.1.4 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.5 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em função do pedido de devolução amigável da concessão protocolizado em 05 de setembro de 2015, a Companhia efetuou a provisão para redução ao provável valor de recuperação de seus ativos registrados na rubrica de Ativos Financeiro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou constituída) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Fornecedores são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Impostos sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - Corrente

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensuradas à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.6 Taxas regulamentares

3.6.1 Reserva global de reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.6.2 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que são obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.6.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O valor de taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.7 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.7.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.7.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuro estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.7.3 Receita de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.8 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33)

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete a Assembléia Geral deliberar sobre a destinação ou retenção do lucro de cada exercício.

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

5 Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	576	386
Investimento de curto prazo	7.392	7.196
	7.968	7.582

Os investimentos de curto foram remunerados, em média, a 98,66% do CDI em 31 de dezembro de 2016, comparado a 101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

6 Contas a receber ativo financeiro

Movimentação do contas a receber ativo financeiro	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	293.045
Remuneração do ativo financeiro nota 10)	38.340
Baixa por redução ao custo recuperável *	(66.696)
Receita de infraestrutura (nota 10)	36.934
Transferência Receita de infraestrutura *	(193.753)
Receita de operação e manutenção (nota 10)	526
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(2.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	105.400
Remuneração do ativo financeiro (nota 10)	6.763
Receita de operação e manutenção (nota 10)	1.926
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(6.846)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	107.243
Contas a receber ativo financeiro - circulante	6.881
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	100.362
Total circulante e não circulante	107.243

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte através da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

(*) Devido o registro do pedido de devolução amigável da concessão em 05 de setembro de 2015, a administração da Companhia efetuou ajustes e reclassificações por cessar a aplicação do IFRIC 12, houve o ajuste de R\$ 66.696 mil que reflete uma redução ao valor recuperável na estimativa de valor que deverá ser indenizado pelo poder concedente, uma vez que não há expectativa de recuperação por meio das operações normais e a reclassificação de R\$ 193.753 mil para a conta Ativo Imobilizado em Curso. Desta forma os saldos dos ativos após os ajustes e reclassificações refletem a expectativa de indenização pelo poder concedente quando da terminação do contrato, seguindo a metodologia seguida normalmente pela ANEEL, ou seja pelo valor de reposição.

7 Imobilizado

A composição do imobilizado em curso é como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transfe rência	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	400	-	-	400
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	816	18	-	834
Maquinas e equipamentos	132.235	4	(5.809)	126.430
A ratear	57.601	3.413	-	61.014
Servidões	2.658	-	-	2.658
Softwares	77	-	-	77
Total do Imobilizado em Curso	193.787	3.435	(5.809)	191.413

8 Impostos de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	14.488	14.488	6.066	6.066
"AVP"- Art. 84 inciso II IN n° 1515/14 - IR / CS	(4.092)	(4.092)	-	-
Imposto diferido - base de cálculo (1)	10.396	10.396	6.066	6.066
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	25%	9%
Total tributo alíquota efetiva (1)	2.599	936	1.517	546
Total IRPJ e CSLL diferido	2.599	936	1.517	546
		3.535		2.062

- (1) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - Contratos de Concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 298.705, composto por 298.705 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte (em milhares de ações):

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Ordinárias	% do Capital	Ordinárias	% do Capital
Alupar Investimento S/A	152.340	51	152.340	51
Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	146.365	49	146.365	49
	298.705	100	298.705	100

9.2 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Destinação do resultado	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	617	(19.614)
Constituição de reserva legal (5%)	(30)	-
Subtotal	587	(19.614)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(146)	-
Reserva de incentivos fiscais	(441)	-
Saldo de lucros acumulados	-	(19.614)

10 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
<u>Receita operacional bruta</u>		
Remuneração do Operação e Manutenção (nota 6)	1.926	526
Remuneração do ativo de concessão (nota 6)	6.763	38.340
Receita de infraestrutura (nota 6)	-	36.934
Total - Receita Operacional Bruta	8.689	75.800
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
Programa de Integração Social - PIS	(111)	(56)
Contribuição para Financ. da Seguridade Social - COFINS	(510)	(258)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(158)	(80)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(23)	(12)
Fundo nacional de des. científico e tecnol. - FNDCT	(23)	(12)
Ministério de minas e energia - MME	(12)	(6)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(24)	(12)
	(861)	(436)
Receita operacional líquida	7.828	75.364

11 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
<u>Receitas financeiras</u>	(2)	-
Receita de aplicações financeiras	(7)	-
Outros	5	-
<u>Despesas financeiras</u>	(48)	(851)
Outros	(48)	(851)
Total líquido	(50)	(851)

12 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (Prejuízo) Contábil antes do imposto de renda e contribuição Social	2.090	(29.687)
Ajuste ao valor recuperável	-	66.696
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição Social após os ajustes	<u>2.090</u>	<u>37.009</u>
(+) Adição de "AVP" - IN 1515	2.431	1.660
(-) Exclusão de "AVP" - IN 1515	(6.762)	(38.340)
(+) Despesas e provisões indedutíveis	<u>1.184</u>	<u>10</u>
(a) Base de cálculo dos impostos	(1.057)	339
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
(b) Total tributos correntes	-	(91)
(c) Tributos diferidos	(1.473)	10.164
(d) Despesa com tributos (b + c = d)	<u>1.473</u>	<u>(10.073)</u>
Taxa efetiva	<u>70,48%</u>	<u>-27,22%</u>

13 Transações com Partes relacionadas

13.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um saldo de clientes de R\$ 38 e de R\$ 66 de fornecedores com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, referentes a transmissão de energia e Compartilhamento de Instalações respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$ 413, registrado em fornecedores, na qual a natureza refere-se a contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção e de Compartilhamento de Instalações celebrados com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte.

13.2 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a remuneração da alta administração foi de R\$298 e R\$1.310, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos e benefícios.

13.3 Dividendos

A Companhia possui em aberto o saldo de R\$ 146 em 31 de dezembro de 2016 referentes a dividendos mínimos obrigatórios distribuído em 31 de dezembro de 2016, e estão descritos na nota explicativa 8.2.

Em 31 de dezembro de 2015 a administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, de acordo com o que prevê a Lei 6.404, ao permitir a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião.

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado para a reserva de lucro a realizar. Se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

14 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

14.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

14.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproxima do seu respectivo valor contábil.

14.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e como nível II o ativo financeiro da concessão.

14.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

14.4.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar os seus direitos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

a. Contas a receber ativo financeiro

A Companhia por força do contrato mantido junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

14.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

14.4.3 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

15 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

- (a) **Perda provável:** Em 31 de dezembro de 2016 não existem demandas judiciais, trabalhistas ou administrativas de natureza fiscal, cível, arbitrais ou ambientais com risco de perda provável, que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (b) **Perda possível:** Tais processos não são provisionados pela Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, que merecem destaques são:

Demandas de natureza trabalhista

- Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía demanda de natureza trabalhista, no valor estimado da causa era de R\$ 20, correspondente ao pleito de verbas rescisórias e indenizações.

Demandas de natureza tributária

- Processo Administrativo 000455/2014 proposta pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima quanto à suposta irregularidade no tocante à concessão de benefícios fiscais na órbita do ICMS por meio do Decreto nº. 14.982-E, no montante de R\$ 2.473.

Demandas cíveis

- **Ação Civil Pública n.º 0018408-23.2013.4.01.32.00**, proposta pelo Ministério Público Federal em face da União, ANEEL, IBAMA e Transnorte Energia S/A. Trata-se de uma ação com fundamento que seja determinado liminarmente a suspensão de todo e qualquer procedimento relacionado a implantação da linha de transmissão constante do lote A do Edital de leilão da Aneel 04/2011, inclusive o processo de licenciamento ambiental, ou seja, trata-se de uma obrigação de não fazer para prevenção de danos ambientais e indígenas envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.187 (R\$ 1.211 em 31 de dezembro de 2015). Em função dessa ação este empreendimento possui um deslocamento documentado e justificável do seu cronograma de implantação e embora a entrada em operação esteja prevista para ocorrer após a data oficial do órgão regulado, a Administração da Companhia espera minimizar os impactos na rentabilidade do projeto, realizando um forte trabalho de gerenciamento de fluxo de caixa, ajustando o fluxo de desembolsos do projeto em relação ao cronograma original.

- **Processo Administrativo nº 02001.003494/2015-94:** Proposta pelo IBAMA em face da Transnorte Energia, trata-se de processo administrativo que tem por objeto o pagamento de multa pelo dano ambiental causado pela empresa, conforme descrito no Auto de Infração nº 9102835, série 'E', e o Termo de Embargo nº 602, série 'E', lavrados em decorrência de suposta falta de atendimento das condicionantes 2.1, 2.5 e 2.7, estabelecidas na Autorização de Supressão de Vegetação nº 845/2013, da Subestação Boa Vista - Compensador Estático. O valor do risco aproximado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 810.
- **Processo Administrativo nº 02001.003498/2015-72:** Proposta pelo IBAMA em face da Transnorte Energia, trata-se de processo administrativo que tem por objeto o pagamento de multa pelo dano ambiental causado pela empresa, conforme descrito no Auto de Infração nº 9073335, série 'E', lavrado em decorrência do suposto não atendimento da condicionante 2.1, itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.5 e 2.1.6, estabelecida na Licença de Instalação nº 968/2013, da Subestação Boa Vista - Compensador Estático. O valor do risco aproximado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.189.
- **Processo Administrativo 492/2015:** Proposto pela Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima em face da Transnorte Energia, trata-se de Auto de infração cobrando valores a título de diferencial de alíquota de ICMS, relativamente ao período de 06/2014 a 11/2014. No entender da fiscalização, a empresa - ao adquirir bens e mercadorias de outros Estados - usufruiu de benefício fiscal instituído por legislação (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013) que violaria o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O valor envolvido na causa é de R\$ 12.728.

16 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vales-refeição e plano odontológico. A Companhia não possui benefícios pós emprego.

* * *

Ênio Luigi Nucci
Diretor Administrativo Financeiro

Raul Fernando Ferreira
Diretor Técnico

Lucilene Silva
Contadora - CRC 289.421-O-1-S-DF